

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.867 - PR (2019/0244586-2)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE : F C C**  
**ADVOGADO : VALTER LUIZ DE ALMEIDA JUNIOR - PR050624**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por F. C. C. contra acórdão da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0020729-65.2019.8.16.0000).

Extrai-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente em 3/4/2019 pela suposta prática dos delitos de organização criminosa e obstrução de investigação de organização criminosa no bojo da denominada "Operação Sinecuras".

Buscando a revogação da prisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 57/63):

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA PELA PRÁTICA EM TESE DO DELITO DE EMBARAÇO A INVESTIGAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ART. 2º, §1º. DA LEI 12.850/2013. DECISÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS. REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313, I DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL REGULARMENTE PREENCHIDOS. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVISTAS NO ART. 319 DO CPP, DIANTE DA GRAVIDADE CONCRETA DO FATO EM TESE PRATICADO e DO DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS ANTERIORMENTE ESTABELECIDAS. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO FÁTICO PROBATÓRIA EM SEDE DE HABEAS CORPUS. DISCUSSÃO QUE DEVE OCORRER NO DECURSO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

No presente recurso, a defesa alega que *não estão mais presentes os fundamentos da r. decisão que decretou a prisão preventiva e a mesma deve ser revogada, ou substituída por outras medidas cautelares* (e-STJ fl. 99).

Defende que foi imputado ao recorrente, por meio de terceira pessoa, interferir na versão do depoimento apresentado por testemunha, o que nega que seja verdade. Ademais, ressalta que *a "suposta" pessoa que teria solicitado para que a referida testemunha mudasse seu depoimento está solta por ser doente grave, e o requerente encontra-se preso mesmo não tendo qualquer contato com a referida testemunha* (e-STJ fl. 100).

Ressalta que o recorrente tem trabalho lícito, exercendo a função de vereador, residência fixa e bons antecedentes. Defende que os fundamentos utilizados no decreto preventivo não se sustentam, destacando que o recorrente sequer entrou em contato com testemunhas.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva, com manutenção das medidas cautelares já aplicadas e extensão da decisão aos demais processos onde a segregação foi determinada.

A liminar foi indeferida às e-STJ fls. 140/142.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 151/154).

É o relatório. Decido.

O pedido perdeu seu objeto.

Em consulta ao *site* da Corte *a quo*, verifica-se que, diante do encerramento da instrução criminal, o magistrado determinou a revogação da prisão preventiva do recorrente. O alvará de soltura foi expedido em 5/8/2019.

Desse modo, com amparo no art. 34, inciso XI do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

